

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mos} Accionistas

Ex.^{mo} Conselho de Administração da

Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM.

Ex.^{mos} Senhores:

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos do n.º 2 do art.º 451º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do n.º 1 do art.º 52º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, conjugado com o aditamento introduzido pelo Decreto-lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as Normas Técnicas e das Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 19 de Abril de 2011.

Trabalhos Realizados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão da empresa, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável administrativo e financeiro e simultaneamente técnico oficial de contas e, em algumas situações, com a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa, tendo neste particular sido feitos testes à valorização dos inventários, designadamente para efeitos de apuramento do custo das existências vendidas e matérias consumidas e, conseqüentemente, do inventário final. Verificámos ainda a adequabilidade da sua divulgação no Anexo.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - Análise do sistema de controlo interno existente na empresa, com especial incidência nas áreas de compras, recepção, contas a pagar, vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
 - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
- 2.1- Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela empresa;
 - 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores, advogado, seguradora) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela empresa, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - 2.3- Testámos as operações de inventariação aos inventários, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes das contagens efectuadas e da respectiva valorização, cálculo e compilação;

- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do activo fixo tangível, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações;
- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;
- 2.8- Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;
- 2.9- Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;

Informações Adicionais

Em consequência do trabalho efectuado, e para além das considerações feitas na certificação legal de contas datada de 19 de Abril de 2011, entendemos dever relatar o seguinte:

Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco de controlo definido como médio e tendo em atenção aos valores constantes do quadro seguinte ajustámos em 1.900 €.

	Valor	%	Maior Risco	%	Menor Risco
Balço					
Activo Líquido	106.825,33	1,00%	1.068,25	2,00%	2.136,51
Capitais Próprios	76.010,84	2,00%	1.520,22	5,00%	3.800,54
Total			2.588,47		5.937,05
Média			1.294,24		2.968,52
Resultados					
Vol. Negócios	272.081,53	0,50%	1.360,41	1,00%	2.720,82
Result. Antes Impostos	-1.756,32	5,00%	-87,82	10,00%	-175,63
Total			1.272,59		2.545,18
Média			636,30		1.272,59
Média Geral			965,27		1.908,89

1. Meios Financeiros Líquidos

1.1 Caixa

Em relação à conta caixa efectuamos a sua validação através de procedimentos analíticos, o que nos permitiu concluir que o “caixa” serve apenas para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis. Esta rubrica apresentava, a 31 de Dezembro, um saldo de € 896,33.

1.2 Depósitos à Ordem

Relativamente à conta 12 – Depósitos à ordem, procedemos à circularização da única instituição bancária (B.P.I.) com quem a empresa teve operações activas e da qual obtivemos resposta. Além disso, procedemos à verificação substantiva e de conformidade das reconciliações bancárias preparadas pela empresa, o que nos permitiu concluir que as duas contas bancárias estão adequadamente conciliadas, como podemos verificar no quadro que se segue:

Quadro dos Depósitos à Ordem

Conta Nº	Conta bancária Nº	Descrição	Sado Contabilidade	Saldo Resposta	Diferença	C	Situação
1202	2-4069227-001-002	BPI	11.934,94	12.228,94	294,00	2	Conciliado
1203	2-4069227-001-003	BPI	3,39	3,39		1	Confere
Total			11.938,33	12.232,33	294,00		

Relativamente à conta 1202 – B.P.I., confirmámos que a diferença apresentada advém de dois cheques em trânsito, no montante de €119,00 e €175,00, respectivamente. Efectuámos o teste de seguimento aos itens de reconciliação que se



encontravam pendentes no final do exercício e verificámos que os cheques foram descontados no banco no início de Janeiro de 2011.

2. Contas a Receber e a Pagar

2.1 Clientes

Em relação aos clientes procedemos à circularização de saldos relativamente a 8 entidades que representam 96% do saldo global da rubrica “clientes”.

Das 8 entidades circularizadas obtivemos 4 respostas, das quais 3 conferem e uma foi conciliada.

Relativamente às entidades das quais não obtivemos resposta obtivemos, através de procedimentos alternativos de auditoria, a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

Quadro dos clientes circularizados

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C	Situação
211110000	Cliente Indiferenciado	1.421,53	0,00 €		5	Não Respondeu
211110001	OPP - Vinhais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	Confere
211110003	Carnes de Vinhais - Matadouro	5.548,98 €	5.548,98 €	0,00 €	1	Confere
211110004	Instituto de Emprego e Formação Profissional	1.603,20 €	0,00 €		5	Não Respondeu
211110005	CAP - Confederação Dos Agricultores De Portugal	1.461,39 €	1.466,52 €	-5,13 €	2	Conciliado
211110010	Município de Vinhais	1.129,25 €	1.129,25 €	0,00 €	1	Confere
211110015	Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa	0,00 €	0,00 €		5	Não Respondeu
211110009	Infovinhais II	4.384,12 €	0,00 €		5	Não Respondeu

2.2 Fornecedores

Em relação aos fornecedores procedemos à circularização de saldos relativamente a 20 entidades e obtivemos 12 respostas. Das respostas obtidas conferimos 10 e conciliámos 2. Em relação às entidades das quais não obtivemos resposta verificámos, através de procedimentos alternativos de auditoria, a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

Quadro dos fornecedores que responderam

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C	Situação
221110009	Publicui Lda	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	Confere
221110011	Arborea	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	Confere
221110013	ABL N	-926,45 €	-926,45 €	0,00 €	1	Confere
221110026	Laboratório de Controlo Qualidade Alimentar, Lda	-1.403,60 €	-1.403,60 €	0,00 €	1	Confere
221110033	Paulo Pessoa de Carvalho, Soc. Unip.	-0,01 €	0,00 €	-0,01 €	2	Conciliado
221110039	Manuel F. Igrejas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	Confere
221110049	Beiravet - soc. agro-pecuária, Lda	-388,12 €	-557,42 €	169,30 €	2	Conciliado
221110055	Amílcar Adérito F. Fernandes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	Confere
221110056	Helena Isabel Alves Carvalho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	Confere
221110059	Construções Pietra & Pinto	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	Confere
221110061	Nuno Costa Gomes II SA	-1.234,20 €	-1.234,20 €	0,00 €	1	Confere
221110062	DRAP Norte	-90,00 €	-90,00 €	0,00 €	1	Confere

Quadro dos fornecedores que não responderam

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C	Situação
221110021	Translimpa	-1.874,40 €	0,00 €	0,00 €	5	Não Respondeu
221110030	Infovinhais 2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5	Não Respondeu
221110038	Restaurante Piscinas Académico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5	Não Respondeu
221110040	Mário António Romano	-744,12 €	0,00 €	0,00 €	5	Não Respondeu
221110042	Francisco José Santarém Diz	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5	Não Respondeu
221110046	Susana Fernandes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5	Não Respondeu
221110047	AgroGestão, Lda	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5	Não Respondeu
221110050	OPP Vinhais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5	Não Respondeu

Verificámos fornecedores com saldo devedor que totaliza o montante de € 40,97, como evidência o quadro que se segue:

Nº Conta	Nome	Saldo
221110006	Infovinhais, Lda	5,00 €
221110014	Escritacor, Lda	35,97 €
Total		40,97 €

2.3 Estado

Relativamente à “24 – Estado e Outros Entes Públicos”, procedemos à verificação do cumprimento das obrigações legais, fiscais e contabilísticas em relação aos diferentes tributos e, bem assim, à conformidade dos registos contabilísticos.

Da análise efectuada, consideramos relevante referir o seguinte:

- IRS – Trabalho dependente, o valor pago no mês de Novembro foi superior ao valor registado na contabilidade em € 276,00;
- IRS – Trabalho Independente, verificaram-se diversas divergências ao longo do exercício. Todavia, no final do exercício, o saldo ficou nulo. De referir, ainda, que os valores processados nos meses de Junho e Agosto só foram declarados na guia do mês de Outubro, assim como o valor do processamento do mês de Dezembro só foi declarado na guia de Dezembro; e
- Segurança Social, verificaram-se pequenas divergências entre os valores processados e os valores pagos.

2.4 Financiamentos Obtidos

Relativamente a esta rubrica procedemos à circularização de saldos da única instituição bancária (BPI) com quem a empresa tem operações passivas e da qual obtivemos a respectiva resposta.

A 31 de Dezembro, esta rubrica apresenta um saldo no valor de € 41.053,46 que é referente a um descoberto bancário.

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C	Situação
2512111	Descoberto Bancário - C/P c/c	41.053,46 €	42.741,66 €	-1.688,20 €	2	Conciliado

Como podemos verificar no quadro acima, existe uma divergência no valor de € 1.688,20 entre o valor constante na contabilidade e a resposta obtida da instituição bancária. Segundo verificámos trata-se de depósitos em trânsito que deram entrada no banco no início de Janeiro de 2011.

2.5 Outras Contas a Receber e a Pagar

2.5.1. Outros Devedores e Credores

Em relação aos “outros devedores e credores” procedemos à circularização de saldos a 5 entidades. Das entidades circularizadas obtivemos, apenas, uma resposta, a qual confere. Em relação às entidades das quais não obtivemos resposta verificámos, através de procedimentos alternativos de auditoria, a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

Relativamente à entidade “CAP”, da qual não obtivemos resposta, confirmámos o valor apresentado nas contas através da análise dos documentos de pagamento dos subsídios de formação profissional.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
2781100001	Enercastro	0,00 €	0,00 €		5	Não Respondeu
2781100003	OPP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	Confere
2781100004	ANCSUB	0,00 €	0,00 €		5	Não Respondeu
27821000002	Formandos POPH	0,00 €	0,00 €		5	Não Respondeu
2781100005	CAP	100.593,53 €	0,00 €		5	Não Respondeu

Estes subsídios destinam-se a compensar gastos incorridos com as formações POPH e PME e estão a ser registados à medida que as acções de formação decorrem e de acordo com os pedidos de pagamento efectuados, com base nos gastos incorridos em cada acção.

2.5.2. Devedores e Credores por Acréscimos

Esta rubrica está desagregada da seguinte forma:

Nº Conta	Nome	Saldo
2722	Credores por acréscimos de gastos	-31.156,16 €
272212	Remunerações a liquidar	-26.221,16 €
272214	Rendas a liquidar	-3.000,00 €
272219	Outros credores p/ acresc. Gastos	-1.935,00 €

Da análise efectuada não detectamos qualquer situação susceptível de anotação, à excepção das remunerações a liquidar que apresentam uma divergência de € 99,42 face ao valor por nós calculado (estimado).

2.6 Diferimentos

Relativamente à rubrica 28 – Diferimentos verificámos que o saldo apresentado, no valor global de € 844,39, é referente a seguros.

Da análise efectuada não detectámos situações que mereçam qualquer reparo, para além de pequenas divergências apuradas no cálculo do diferimento.

3. Investimentos

Relativamente a esta rubrica, neste exercício, não se registou qualquer aquisição /alienação de investimentos. Apenas se registou uma diminuição, no valor de € 8.950,20, na rubrica de “investimentos financeiros” e um aumento, no valor de € 4.884,80, na rubrica “depreciações acumuladas” decorrente das depreciações do exercício.

Quadro das variações de Investimento

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2009	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2010
Nº	Descrição		Aumentos	Abates / Dim.	Tranf.	
41	Investimentos Financeiros	14.000,04 €	0,00 €	8.950,20 €	0,00 €	5.049,84 €
414	Investimentos noutras Empresas	14.000,04 €		8.950,20 €		5.049,84 €
43	Activos Fixos Tangíveis	42.887,61 €	-4.884,80 €	0,00 €	0,00 €	38.002,81 €
432	Edifícios e O.Construções	4.071,17 €				4.071,17 €
434	Equipamento de Transporte	20.771,53 €				20.771,53 €
435	Equipamentos Administrativos	31.683,63 €				31.683,63 €
437	Outros Activos Tangíveis	383,00 €				383,00 €
438	Depreciações Acumuladas	14.021,72 €	4.884,80 €	0,00 €	0,00 €	18.906,52 €
4382	Edifícios e O.Construções	101,13 €	40,71 €			141,84 €
4384	Equipamento de Transporte	7.789,32 €	2.596,44 €			10.385,76 €
4385	Equipamentos Administrativos	6.043,49 €	2.199,77 €			8.243,26 €
4387	Outros Activos Tangíveis	87,78 €	47,88 €			135,66 €

Relativamente aos investimentos financeiros verificámos as variações ocorridas na rubrica, nomeadamente a diminuição da participação que a empresa detém na Enercastro que corresponde a 70% do capital social. A diminuição verificada deveu-se à aplicação do método de equivalência patrimonial, ou seja, neste exercício foi ajustado o valor da participação em função do RL de 2010 obtido pela Enercastro (- € 2.073,40), como também foram registados ajustamentos de transição (- € 6.876,80) relacionados com a aplicação, pela primeira vez, do método de equivalência patrimonial.

4. Capital, Reservas e Resultados Transitados

No que respeita à rubrica “capital”, este ascende ao valor de € 50.000,00 e é detido na sua totalidade pela Câmara Municipal de Vinhais.

Relativamente ao resultado líquido negativo do exercício de 2009, no valor de € 1.756,32, verificámos que foi afecto à rubrica de resultados transitados.

Confirmámos, também, o registo do montante de € 6.876,80 na rubrica “571 – Ajustamentos de transição” relacionados com aplicação do método de equivalência patrimonial na participação detida na sociedade “Enercastro”.

Não obtivemos evidência de ter sido feita a cobertura de prejuízos, no montante de € 1.756,32.

5. Gastos e Rendimentos

Em relação aos gastos foram realizados testes a várias rubricas, de forma aleatória, para verificar da razoabilidade dos saldos apresentados e do cumprimento das bases para o seu reconhecimento e mensuração.

Quadro Gastos/Rendimentos 2009/2010

Rendimentos e Gastos	PERIodos		Desvio €	Desvio %
	2010	2009		
Vendas e serviços prestados	179.377,63	272.081,53	-92.703,90	-34,07%
Subsídios à exploração	307.995,12	128.590,00	179.405,12	139,52%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-2.073,40	0,00	-2.073,40	
Varição dos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-301.901,55	-195.558,29	-106.343,26	54,38%
Gastos com o pessoal	-174.376,99	-201.191,17	26.814,18	-13,33%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	357,06	5,20		
Outros gastos e perdas	-201,05	-978,04	776,99	-79,44%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	9.176,82	2.949,23	6.227,59	211,16%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4.884,80	-4.699,53	-185,27	3,94%
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.292,02	-1.750,30	6.042,32	-345,22%
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-143,36	-6,02	-137,34	
Resultado antes de impostos	4.148,66	-1.756,32	5.904,98	-336,21%
Imposto sobre o rendimento do período	-393,73	0,00	-393,73	
Resultado líquido do período	3.754,93	-1.756,32	5.511,25	-313,80%

Da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2009 verificámos que a empresa registou um aumento de € 6.227,59 no total do resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos (EBITDA);
- No que se refere ao resultado operacional verifica-se que a empresa apresenta um resultado operacional superior ao de 2009 em € 6.042,32;
- Verificou-se um aumento do resultado líquido face ao exercício anterior em € 5.511,25;
- Relativamente aos rendimentos foi na rubrica vendas e prestação de serviços que se observou a maior diminuição, com um decréscimo de € 92.703,90, o que corresponde a 34,07%. Inversamente, foi na rubrica de subsídios à

exploração que se registou o maior aumento, com um acréscimo de € 179.405,12. De notar que, a formação profissional, em 2009, era desenvolvida por uma empresa exterior e a Proruris facturava os serviços prestados no âmbito dessa formação. Ocorre que, em 2010, a Proruris já se encontra credenciada para dar directamente a formação, pelo que o rendimento daí resultante está relevado na conta 75 – Subsídios à exploração, o que altera a estrutura de formação dos rendimentos globais;

- Quanto aos gastos foi na rubrica de “gastos com o pessoal” que se registou a maior diminuição, com um decréscimo de € 26.814,18 (13,3%). Contrariamente, foi na rubrica de fornecimentos e serviços externos que se registou o maior aumento (54,38%). Tais variações, deveram-se, em grande parte, ao facto da empresa no exercício anterior contabilizar os gastos com os formandos, formadores, coordenadores e apoio técnico na rubrica de “gastos com o pessoal”. Neste exercício, estes gastos foram reconhecidos na rubrica de honorários. Todavia, parece-nos mais apropriado que sejam criadas subcontas na rubrica “6268 – Outros serviços” para o reconhecimento dos gastos relacionados com a formação e que sejam registados na rubrica 6224 – Honorários os recibos verdes dos formadores.

Conclusões

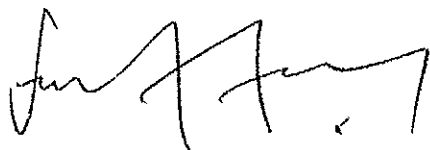
No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade “Proruris, Empresa Municipal Desenvolvimento Rural, EEM”, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações.



Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 19 de Abril de 2011



Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues - (ROC nº 1047)
Em representação da S.R.O.C. Jorge, Vítor, Neto, Fernandes & Associados